



**ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2003 a DEZ/2003**

3º QUADRIMESTRE DE 2003

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições privativas que lhe conferem o artigo 271 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº TC-06/2001, e o art. 90 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000.

TORNA PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relativo ao 3º Quadrimestre de 2003, conforme estabelecido nos artigos 54, 55 e 72 da Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

O Tribunal de Contas, para o exercício das competências definidas nos artigos 58 e 59 da Constituição do Estado e na Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000, conta com um corpo deliberativo de 7 (sete) Conselheiros e 3 (três) Auditores e um quadro funcional de 440 servidores técnicos e administrativos.

Estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas “[...] qualquer pessoa física ou entidade pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Estado responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.” (artigo 58, parágrafo único da Constituição Estadual).

O Tribunal de Contas fiscalizou, no 3º quadrimestre do exercício de 2003, 1.886 unidades gestoras, sendo 119 unidades do Estado (no Poder Executivo: 49 Secretarias de Estado e Órgãos, 7 Autarquias, 30 Fundos Especiais, 22 Sociedades de Economia Mista e controladas, e 6 Fundações; no Poder Judiciário: o Tribunal de Justiça e 1 Fundo Especial; no Poder Legislativo: a Assembléia Legislativa; além da Procuradoria Geral da Justiça e o Tribunal de Contas) e 1.755 unidades dos municípios catarinenses (293 Prefeituras, 212 Câmaras Municipais com autonomia financeira e orçamentária, 1.047 Fundos, 98 Autarquias, 87 Fundações e 18 Empresas Municipais).

As despesas do Tribunal de Contas estão demonstradas nas tabelas abaixo:

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" – Anexo I

R\$

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA JAN/2003 a DEZ/2003
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	38.587.210,90
Pessoal Ativo	22.971.430,76
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.849.355,43
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	2.233.575,29
(-) <i>Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária</i>	-
(-) <i>Decorrentes de Decisão Judicial</i>	-
(-) <i>Despesas de Exercícios Anteriores</i>	2.233.575,29
(-) <i>Inativos com Recursos Vinculados</i>	-
(-) <i>Convocação Extraordinária (inciso II, § 6º, art. 57 da CF)</i>	-
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (art. 18, § 1º da LRF) (II)	-
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)	38.587.210,90
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)	5.129.577.648,11
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I+II) / (III)	0,75
LIMITE LEGAL (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,80%	41.036.621,18
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,76%	38.984.790,13
FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL (inciso X, art. 37 da CF) ¹	161.624,64
% da FIXAÇÃO OU ALTERAÇÃO DE REMUNERAÇÃO OU SUBSÍDIO POR LEI ESPECÍFICA E REVISÃO GERAL ANUAL sobre a RCL (V)	0,0032
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF - (0,75%) = (IV) - (V)	0,75
LIMITE PERMITIDO (art. 71 da LRF) - (0,80%) ²	41.036.621,18
FONTE: DPE e DAF	

Nota: ¹ Lei Nº 12.756, de 24/11/2003, que fixou índice de revisão salarial dos servidores do Tribunal de Contas do Estado, a partir de 1º de agosto de 2003, correspondente ao percentual de 1% (um vírgula zero por cento).

² O percentual de 0,80%, referente ao limite permitido, foi calculado sobre o percentual do total da despesa líquida com pessoal de 2002 (0,74%), com o acréscimo de 10% permitido na lei, respeitado o limite legal.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V

R\$

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	10.358.044,25	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	526.531,09
Disponibilidade Financeira	10.358.044,25	Depósitos	8.643,92
Caixa	-	Restos a Pagar Processados	517.887,17
Bancos	10.351.244,25	Do Exercício	517.887,17
Conta Movimento	51.401,90	De Exercícios Anteriores	-
Contas Vinculadas	-	Outras Obrigações Financeiras	-
Aplicações Financeiras	10.299.842,35		
Outras Disponibilidades Financeiras	6.800,00		
<i>Depósitos de Diversas Origens</i>	6.800,00		
SUBTOTAL	10.358.044,25	SUBTOTAL	526.531,09
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	-	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	9.831.513,16
TOTAL	10.358.044,25	TOTAL	10.358.044,25
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			395.401,26
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			9.436.111,90
DÉFICIT		SUPERÁVIT	9.436.111,90
FONTE: DPE e DAF			

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

R\$

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SC	-	517.887,17	395.401,26	9.831.513,16	-
TOTAL	-	517.887,17	395.401,26	9.831.513,16	-

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Inscritos			Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Processados		Não Processados		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Do Exercício		
RECURSOS DO TESOURO-RECURSOS ORDINÁRIOS	-	517.887,17	395.401,26	9.831.513,16	-
TOTAL	-	517.887,17	395.401,26	9.831.513,16	-

FONTE: DPE e DAF

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

LRF, art. 72 - Anexo VII

R\$

ESPECIFICAÇÃO	Exercícios	
	2003	1999
DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	3.381.726,76	1.548.507,43
Serviços de Consultorias	-	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	112.143,27	
Locação de Mão-de-Obra	1.742.583,86	
Arrendamento Mercantil	-	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.526.999,63	
TOTAL DA DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	3.381.726,76	1.548.507,43
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	5.129.577.648,11	2.740.920.096,83
% do TOTAL DA DESPESA COM SERVIÇOS DE TERCEIROS sobre a RCL	0,066	Limite
		0,06

FONTE: DPE e DAF

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES

LRF, art. 54 - Anexo VIII

R\$

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 Últimos Meses	38.587.210,90	0,75
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	41.036.621,18	0,80
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	38.984.790,13	0,76
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 Últimos Meses, deduzido o aumento previsto no inciso X, art. 37 da CF	38.425.586,26	0,75
Limite Permitido (art. 71 da LRF)	41.036.621,18	0,80

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	395.401,26	9.831.513,16
SERVIÇOS DE TERCEIROS	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Serviços de Terceiros	3.381.726,76	0,066
Limite, Calculado com Base no Exercício de 1999, do Total da Despesa com Serviços de Terceiros (art. 72 da LRF)	1.548.507,43	0,06

FONTE: DPE e DAF

Florianópolis, 26 de janeiro de 2004

Luiz Suzin Marini
 Conselheiro Presidente do Tribunal
 de Contas do Estado de Santa Catarina, em Exercício

Cláudio Cherem de Abreu
 Diretor Geral de Planejamento e
 Administração

Robison Antônio Perotto
 Diretor de Administração e Finanças, em
 exercício

Otávio José Bolsoni
 Coordenador do Controle Interno